



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO TRIMESTRAL
SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SEPS
PERÍODO DE REFERÊNCIA - 2º E 3º TRIMESTRES/2023

1. METAS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

1.1 - Apresentação dos resultados quantitativos do indicador e da meta formalizados no [Planejamento Estratégico Institucional da Funai \(PEI-Funai\)](#).

NOME DO INDICADOR: CEAR’S emitidas no SEI				
FÓRMULA DE CÁLCULO: Somatório de CEAR’S emitidas				
POLARIDADE: Positiva			PERIODICIDADE DA COLETA: Trimestral	
2020		2021		2022
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Resultado
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
100%	N/A	100%	N/A	N/A
2023				
Meta	Resultados			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	Acumulado
20.000	N/A	12.974	25.745	49.536
100%	N/A	N/A	N/A	N/A
Data da Última Coleta:			Fonte da Coleta: SESIS/CGTIC	
Observações: Dados extraídos do SEI pelo SESIS/CGTIC no período de julho a dezembro de 2023. Fonte: Relatório CEAR https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiNDVjNjk3NWMtOWNINy00YTawLWEwNjUtYWU4YjYlMWMwMWJlIiwidCI6ImQ5ZTUzZjkyLTg0OWItNDBkMC04NGUxLTI1OTc5MDM3MzA				

Caso a política possua mais de um indicador estratégico, basta replicar a tabela acima em quantos indicadores existirem.

1.2 Análise qualitativa dos resultados alcançados nas metas e indicadores no PEI - Funai
Meta Intermediária Estabelecida 2 - Apoio a ações itinerantes e mutirões nos territórios Acompanhamento e articulação de ações de acessibilidade aos direitos sociais e previdenciários, visando garantir o acesso aos programas sociais do governo federal, e municípios de abrangência das terras indígenas jurisdicionadas à Coordenação Regional de João Pessoa/PB, assim como a realização de visitas às aldeias para levantar o tema junto ao Povo Potiguar, aldeias aldeia Brejinho, São Francisco e Monte Mor com a atuação na emissão de CEAR pelos servidores da CTL Conde e da CTL I Partecipação no Projeto Itinerante Defensoria para Todos parceria da CR João Pessoa com a Defensoria Pública da União em João Pessoa, cujas despesas de deslocam custeadas integralmente pela DPU, nas aldeias Estiva Velha, Brejinho e São Francisco tendo como pontos positivos: Junção de vários serviços, acessibilidade do local colaboradores da Funai e do local e pontos negativos/sugestões: maior mobilização da comunidade indígena, pois a ação foi ótima, sendo ofertados serviços com mais evitando o deslocamento dos mesmos, a CR João Pessoa relatou que enfrentou um pouco de resistência/incrédibilidade em relação à ação. Foram R\$6.318,27 (seis m e sete centavos) descentralizados para as ações descritas. Descentralização de recursos orçamentários (R\$ 67.696,80) para a participação da CR ANP no mutirão de benefícios previdenciários relativos aos atendimentos da Aq Documentação, Previdência e Cidadania na TI Parque do Tumucumaque, bem como do povo Waiãpi, que ocorreu na sede da CR Amapá e Norte do Pará, em Macapá-Descentralização de recursos orçamentários (R\$ 18.832,40) para a CR LISE com área de atuação do SPAD e do SEPS, isto é, propostas de trabalho na área de promoç civil básica e aos direitos sociais e previdenciários na jurisdição na implementação do mutirão itinerante do Projeto Inclusão Político Eleitoral – Assentamentos, Povo Estado de São Paulo para atendimento as comunidades indígenas de 7 Terras Indígenas: Pakurity, Terra Indígena Takuari, Terra Indígena Araribá, Terra Indígena Guar Rio Branco, Terra Indígena Itaóca e Terra Indígena Piaçaguera 2º Trimestre de 2023

Aumento do número de Planos Anuais de Trabalho - PAT'S encaminhados pelas Coordenações Regionais, sendo que atendemos as Coordenações Regionais do Juruá às TI Kampa e Isolados do Rio Envira, TI Katukina/Kaxinawá, TI Kaxinawá Colônia Vinte e Sete, TI Kaxinawá da Praia do Carapanã, TI Kaxinawá do Baixo Rio Jor Kaxinawá Nova Olinda, TI Kaxinawá do Rio Jordão, TI Kaxinawá Seringal Independência, TI Kaxinawá Seringal Curralinho, TI Kulina do Rio Envira, TI Kulina Iga Riozinho do Alto Envira totalizando 14 Terras Indígenas), Tapajós (R\$37.612,00 no atendimento as 22 Terras indígenas: T.I. Munduruku; T.I. Sai Cinza; T.I. Sawré B do Índio; T.I. Praia do Mangue; T.I. Escrivão; T.I. Maró; T.I. Bragança-Marituba; T.I. Munduruku-Takuara; T.I. Tapuia; T.I. Cobra Grande; T.I. Borari de Alter do Chã Sarambiá; T.I. Arapiun; T.I. Kumaruara; T.I. Munduruku e Apiaká do Planalto; T.I. Terra Preta; T.I. Yawaretê; T.I. Tupinambá, compreendendo uma população de apre Nordeste II (R\$ 13.844,20 suplementação de recursos orçamentários para atendimento previdenciário no Estado do Piauí, único estado da federação que não conta cor bem como as regiões não alcançadas por nenhuma CTL, conforme Plano Anual de Trabalho Acessibilidade - CGPDS CTL - Itarema (SEI nº 5523871) e R\$ 8.182,20) Tremembé nas 3 Terras Indígenas : Barra do Mundaú, Córrego João Pereira e Tremembé de Queimadas).

Atendimento em situação emergencial solicitado pela CR Araguaia Tocantins para realizado pelas Coordenações Técnicas Locais do Mato Grosso e do Pará (R\$ 39.31 Branco, Maharanduba, PQARA/Karajá, Karajá/Tapirapé, Canela do Araguaia, São Domingos, Krenrehe, Santo Antônio, Comunidade Canela do Araguaia e Comunid

3º Trimestre de 2023

Descentralização de recursos orçamentários para o atendimento previdenciários e de proteção social para as Coordenações Regionais Centro Leste do Pará (R\$ 7.072, segundo da CR Xingu **não ocorreram ações específicas voltadas exclusivamente para um determinado setor (SPAD, SEPS, COPS)** devido a transversalidade da logística. O plano de trabalho foi concebido com base nas estimativas de execução orçamentária dos anos anteriores para atender as demanda cotidianas, sendo ações participação em eventos ou articulação política com os municípios para **pactuação de uma rede socioassistencial** aos indígenas nas cidades de Gaúcha do Norte-MT MT; São Felix do Araguaia-MT; Querência-MT; Canarana-MT; São José do Xingu-MT; Paranatinga-MT, Agua Boa-MT, Barra do Garças-MT; Sinop-MT), MGES (R acesso a benefícios previdenciários, mediante a certificação do exercício de atividades rurais presencialmente, auxiliando a CTL em São João das Missões quanto as d vista a insuficiência de pessoal lotado na unidade, que conta com apenas 2 servidores, e grande volume do território que conta com aproximadamente 10 mil indígena Indígena Maxakali - Aldeia Água Boa e Pradinho, Aldeia Escola Floresta, Mundo Verde Cachoeirinha, Terra Indígena Hã Yixux - Aldeia Verde, Terra Indígena Xaci Indígena Fazenda Guarani, Terra Indígena Tupinikim Guarani, Terra Indígena Comboios, Terra Indígena Caieiras Velhas II, Comunidade Aldeia Jundiba Cinta Vermel Aldeia Apukaré, Aranã, Canoeiro, Mokurin, Pataxó hã-hã-hãe, Tuxá, Mirueira, Areal, Chapada do A, Gerú Tucunã, Patraxó do Pontal, Puri, Muã Mimatxe, Kaxixó, K Indígenas da região metropolitana de Belo Horizonte, Puri - Padre Brito, Puri/Buritizeiro, Reserva Indígena Faz. Andrequicé e Reserva Indígena Fazenda Boa Vista), CEAR para direitos previdenciários (salário maternidade, auxílio doença, reclusão, pensão e outros) visitar famílias em situação de vulnerabilidades social, conversar observar limites territoriais, registrar (fotos) e fazer relatórios de situações que exigem encaminhamentos para superiores hierárquico da instituição em 16 Terras Indígo Te'Yikuê, Terra Indígena Jarara, Terra Indígena Taquara, Terra Indígena Guyraroka, Te'Yi Jusu, Itaguá I, Itaguá II, Pa'i Tavýterã, Juncal , Kurupy, Pindoroky, Guapo'y Guassu), KSPA (R\$ 60.370,40 para atendimento e deslocamento de indígenas aposentados residentes em aldeias isoladas nas TIs Kayapó e Menkragnoti para o receb previdenciário e realização de compras em Ourilândia do Norte-PA), MA (R\$ 39.754,00 para atendimento em conjunto com SPAD às comunidades indígenas de 21 TI Tremembé - Raposa, Gamela - São José do Ribamar, Porquinhos, Canela, Krikati,Araribóia (referência Amarante do Maranhão), Governador, Rio Pindaré, Caru, Awa (referência Arame),Cana Brava Guajajara, Rodeador, Cana Brava -(referência Jenipapo dos Vieiras), Geralda Toco Preto, Lagoa Comprida, Bacurizinho , Morro Bra 18.567,50 para atendimento das comunidades indígenas das 45 Terras Indígenas: TI Andirá-Marau; TI Apipica; TI Arary; TI Ariramba; TI Boa Vista - AM; TI Cajuhir TI Cuia; TI Cunha-Sapucaia; TI Fortaleza do Castanho; TI Fortaleza do Pataú; TI Gavião; TI Ilha do Camaleão; TI Itaitinga; TI Itixi Mitari; TI Jatuarana; TI Jauary; Aiapua; TI Lago do Beruri; TI Lago do Limão; TI Lago do Marinheiro; TI Lago Jauari; TI Miguel/Josefa; TI Murutinga/Tracaja; TI Natal/Felicidade; TI Nhamundã/A TI Paraná do Arauató; TI Pataú; TI Pinatuba; TI Ponciano; TI Recreio/São Félix; TI Rio Jumas; TI Rio Manicoré; TI Rio Urubu; TI São Pedro; TI Setemã; TI Sissain Vista Alegre; TI Waimiri-Atroari), ANP (R\$ 75.488,00 descentralizados para Ação de Documentação, Previdência e Cidadania as aldeias localizadas no lado leste da i Terras Indígenas Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'Este, dos povos Waiana, Apalai, Tiriyo e Waiápi).

Foram R\$ 43.980,60 em pagamento de diárias e passagens para realização da Força Tarefa, Edital nº 01/2023/CODEP/CGGP/DAGES-FUNAI (5329816) da CR Nor processos de acesso a benefícios previdenciários e demais demandas relativas à competência regimental do Sedisc para atendimento dos povos indígenas das TI Tapet Lagoa Encantada.

2. METAS E INDICADORES DO PPA
2.1 Apresentação dos resultados quantitativos do indicador e da meta formalizados no Plano Plurianual, se houver.
Sobre a ampliação do atendimento de Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à promoção dos direitos sociais, sendo: Até 2023: 30% do total de Terras Indígenas, com a expansão do número de terras indígenas atendidas com ações ou projetos voltados à promoção dos direitos sociais informo que foram atendidas 85 Terras Indígenas.
2.2 Análise qualitativa dos resultados alcançados nas metas e indicadores no PPA-Funai, se houver.
As Coordenações Regionais não elaboraram e não encaminharam o Relatório de Atividade Executada para que este Serviço de Previdência Social possa realizar a análise qualitativa dos resultados alcançados nas metas e indicadores no PAA-FUNAI.

3. REGIONALIZAÇÃO DAS METAS E INDICADORES DO PEI E DO PPA										
<i>É a quantificação regionalizada dos principais produtos, resultados ou impactos da política, estabelecidos no Modelo Lógico, se possível por Coordenação Regional, Coordenação de Frente de Proteção, descrevendo situações que impactaram positiva ou negativamente o resultado. Caso a política ainda não apresente os resultados regionalizados, devem-se apresentar justificativas para a não regionalização, bem como as alternativas propostas pela unidade para avançar nesse sentido.</i>										
PROGRAMA: 0617 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas										
Diretriz: 08 - Promoção e defesa dos direitos humanos, com foco no amparo à família Órgão Responsável: Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI										
Planilha de informação de acesso aos benefícios sociais e previdenciários - Coordenação Regional Alto Purus (CTL'S Boca do Acre, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira e Porto Velho)										
AÇÃO 21BO - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS - PTRES 225453 e Plano Interno (PI) PI999064PRV: Direitos Sociais e Previdenciários.										
UNIDADE DESCENTRALIZADA (CR/CTL): CR Alto Purus e CTLs jurisdicionadas								MESES: julho a setembro 2023		
MÊS	SALÁRIO MATERNIDADE	Nº DE FAMÍLIAS CADASTRADAS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	Nº DE FAMÍLIAS RECEBENDO O BOLSA FAMÍLIA	Nº DE FAMÍLIA RECEBENDO CESTAS BÁSICAS PELA FUNAI	Nº DE FAMÍLIAS RECEBENDO GÊNERO ALIMENTÍCIOS PELA FUNAI	Nº APOSENTADORIA POR IDADE	Nº APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	AUXÍLIO DOENÇA	PENSÃO POR MORTE	*O ber (es a b
JANEIRO										
FEVEREIRO										

MARÇO										
TOTAL										
ABRIL										
MAIO										
JUNHO										
TOTAL										
JULHO	37				6		2	2		
AGOSTO	37				3		1	1		
SETEMBRO	31				1		2	0		
TOTAL	105				10		5	3		
OUTUBRO										
NOVEMBRO										
DEZEMBRO										
TOTAL										
TOTAL GERAL										
TOTAL GERAL DAS DUAS PLANILHAS ==>>										
* Outros Benefícios:										
Na coluna OUTROS BENEFÍCIOS foram contabilizadas emissões de declarações de residência solicitadas pelos indígenas para apresentação a diversas instituições (universidades, INSS), incluso junto a rede socioassistencial para fins de instrução de processos de solicitação de BPC, por exemplo.										
OBSERVAÇÕES/DIFICULDADES: Não foram relatadas.										

4. SISTEMA DE MONITORAMENTO INTERNO DA POLÍTICA	
<i>Caso a política possua indicadores internos, a unidade deverá informá-los, utilizando a tabela abaixo.</i> <i>Os indicadores internos podem medir os resultados intermediários dos indicadores estratégicos ou utilizados para o monitoramento interno de linhas de ação não priorizadas no planejamento estratégico.</i> <i>Não há número mínimo de indicadores a serem apresentados, a unidade deverá escolher aqueles que trazem uma visão ampla da política, de preferência com resultados que apresentem o impacto no problema ou as principais causas registradas no detalhamento da política.</i>	
Nome do Indicador Interno: Atuação em Acordo de Cooperação Técnica e correlatos	
Fórmula de Cálculo: Somatório das atuações em Acordos de Cooperação Técnica e correlatos	
Periodicidade da Coleta: Trimestral	
2023	
Meta	Resultado
Credenciar e capacitar 2 Coordenações Regionais e suas CTL's	Em julho/2023 os 8 servidores do SEDISC'S da CR Sudeste e de suas 5 CTL's foram capacitados em SP e em dezembro/2023 os 14 servidores que atuam na emissão de CEAR e requerimentos por benefícios previdenciários para os indígenas lotados na CR Maranhão, CR Baixo São Francisco, CR Nordeste I e CR Sul da Bahia foram credenciados pelo INSS e capacitados pelo SEPS, em ação conjunta com a CODEP/DAGES.
100%	100%
2023	
Resultados	
2º e 3 º Trimestres	Acumulado
100%	Servidores de 2 Coordenações Regionais e suas respectivas CTL's credenciados, capacitados para operacionalizar os requerimentos na PLATAFORMA GRID/INSS e capacitação sobre Legislação Previdenciária e Portaria nº 714/PRES/FUNAI que estabeleceu as normas para emissão da Certidão de Exercício de Atividade Rural - CEAR.
Fonte da Coleta: SEI, Formulários de Prestação de Contas, Certificados e Declarações de participação emitido pela CODEP/DAGES.	
Observações:	

5. PROJETOS ESTRATÉGICOS
Discorrer sobre o andamento dos projetos estratégicos formalizados na Carteira de Projetos Estratégicos .
5.1 Apresentação do cronograma atualizado do projeto

-Descentralização de recursos orçamentários para a CR Roraima, especificamente a CTL Pacaraima realizar ação de atendimentos de demandas relativas ao acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais por indígenas da região, com apoio de emissão de CEAR para indígenas nacionais e imigrantes venezuelanos. nas comunidades indígena Sorocaima I, Bananal, Sakaumota e Tarauparu, Terra Indígena São Marcos, Município de Pacaraima/RR, ação em conjunto com DPU, conforme Processo SEI 08620.012254/2023-80. -PREVBARCO/2023 - Em virtude de paralização da ação por parte do INSS nos meses de julho, agosto e setembro por causa do atraso na entrega das novas Agências Flutuantes do INSS, a ação recomeçou nos meses de outubro, novembro e dezembro (Municípios de Coari, Anori, Anamá e Codajás). -CTL Porto da Folha/SE - CR NE I em parceria com o INSS realizou atendimentos previdenciários no Projeto "Previdência para Todos", que aconteceu nos dias 30 e 31 de outubro de 2023, na aldeia Karirí Xocó, no Município de Porto Real do Colégio/AL, conforme Processo SEI 08768.002277/2023-10. - Realização de encaminhamentos processuais da CR Noroeste do Mato Grosso de auxílio maternidade, aposentadoria e auxílio doença das etnias Cinta Larga e Arara, junto ao Sedisc da CR-NOMT, no período de: 30/10/2023 a 04/11/2023, conforme Processo SEI 08789.000156/2023-87. - CTL Bonfim -Promover a Ação dos Direitos Sociais e Previdenciários, município de Bonfim, nas localidades das Terras Indígenas Moskow, Jabuti e Manoa-Pium, bem como os atendimentos "in loco" facilita o deslocamento dos indígenas trabalhadores rurais destas localidades para buscar atendimento e informações dos seus direitos sociais e previdenciários junto aos servidores envolvidos na ação, conforme Processo SEI 08749.001133/2023-66. - O SEPS apoiou os deslocamento dos servidores para conduzir indígenas para a realização de perícias médicas para concessão dos Benefícios de Incapacidade Temporária, Aposentadorias por Invalidez, participação nas etapas da Ação do Juizado Especial Federal Itinerante (JEFIT) realizando a emissão de CEAR, requerimentos por benefícios previdenciários em mutirões itinerantes locais. O Instituto Nacional do Seguro Social, representado pela Coordenação-Geral de Educação, Desenvolvimento e Carreiras (CGEDUC) promoveu por meio do Programa de Educação Previdenciária (PEP) turma piloto do Curso de Disseminadores das Informações Previdenciárias, como parte integrante do Projeto PEP para os povos originários. O Curso terá como objetivo a formação de disseminadores para inclusão previdenciária e promoção da cidadania da categoria de segurado especial, voltado para o público indígena e terá carga horária de 24 horas presenciais, servidores da CR VJ, CR AS, SEPS, CGPDS e CTL Benjamim Constant participaram em novembro/2023. - Realização de força-tarefa na sede da CR Nordeste II que consistiu em análise documental, abertura de processos no SEI, realização de entrevista pessoal ou remota com segurados especiais indígenas habitantes das terras indígenas circunscritas à CR e protocolo na plataforma MEU INSS, conforme Processo SEI 08087.000733/2022-67.
5.2 Apresentação dos pontos positivos na execução do projeto
- Servidores no segundo semestre de 2023 articularam com a Defensoria Pública da União - DPU participação em ações itinerantes para emissão de CEAR e requerimentos no aplicativo MEU INSS totalizando 121 atendimentos, sendo 104 emissões de CEAR para indígenas imigrantes venezuelanos com perfil de Segurado Especial e produção no Brasil. - Os 3 servidores que atuaram na Força Tarefa da CR NE I (2 servidores aprovados por Edital lotados na CR Amapá Norte do Pará, 1 servidor da CR João Pessoa) realizaram a abertura de 110 processos administrativos no SEI que até ao final da força-tarefa estavam em diferentes situações, resultando em 10 processos de aposentadoria deferidos ainda no período de duração da atividade, abertura e instrução de 156 processos administrativos; elaboração de 57 Certidões de Exercício de Atividade Rural - CEAR; contato e entrevistas com indígenas e lideranças, visando elaboração das CEAR; realização de 32 requerimentos no site do INSS, obtendo deferimento de 3 até o término da força tarefa; orientações e prestação de informações aos indígenas e lideranças sobre os processos e como acessar os benefícios, dados extraídos conforme Formulário Prestação de Contas de Viagem Sedisc - CR-ANP (SEI nº 5891750), Formulário Prestação de Contas de Viagem Sedisc - CR-NE-II (SEI nº 5932864) e Formulário Relatório Diário de Atividades Sedisc - CR-NE-II (SEI nº 5855049).
5.3 Apresentação dos pontos negativos na execução do projeto
A CTL Pacaraima e a CTL Bonfim, apesar do Despacho SEPS/CGPDS (SEI nº 5238099) e Despacho SEPS/CGPDS (SEI nº 5894428), não encaminharam o Relatório de Execução de Atividade ao SEPS/CGPDS.

6. ANÁLISE DO RESULTADO DO PERÍODO
<i>Apresentar informações qualitativas de análise do resultado, descrevendo situações que que impactaram positiva ou negativamente o resultado. Poderão ser apresentados gráficos, imagens, tabelas, mapas e outros recursos visuais, elaborados a critério da unidade coordenadora da política.</i>
6.1 Apresentação das principais entregas da política no período
Emissão de CEAR com maior segurança jurídica para os servidores, resultado da publicação da Portaria nº 714/PRES/FUNAI, mais CR'S e CTL'S participaram de ações com Instituições parceiras como o INSS, DPU, MPF e Justiça Federal. Assinatura do ACT CNIS e publicação do Guia Prático CNISSEINTERNET para os servidores desta Fundação. Credenciamento de capacitação dos servidores na PLATAFORMA GERID/INSS, com continuidade em 2024. O PREVBARCO retornou suas atividades nos meses de outubro, novembro e dezembro, sendo que as comunidades indígenas não atendidas pelo INSS foram contempladas com os atendimentos realizados por equipes do SEDISC das Coordenações Regionais de MAO/AS, atendidas 3 Terras Indígenas (etnias Katukina, Kulina Páno, Tikúna e Kokama), 5 Terras Indígenas (TI Itixi Mitari; TI Lago Aiapua; TI Lago do Barrigudo; TI Lago do Beruri; TI Ilha do Camaleão), 16 Terras Indígenas (TI Cajuhiri Atravessado, R Divino Espírito Santo do Laranjal, R Nova Esperança de Carapanatuba e Menino Deus de Carapanatuba, R São Sebastião do Surubim, R Nova Esperança do Solimõeszinho, R Santa Maria do Igapó Grande, R São José de Fortaleza, R Ilha do Geral II,

R São Sebastião do Patauá, R Tupã do Paraná do Surubim, R Vista Alegre do Samambaia, R Nossa Senhora de Nazaré do Itaboca e Cajú, R São Miguel do Paraná do Dururuá, R Monte Sião-Lago do Catuá, R São Sebastião da Liberdade) no período de agosto à dezembro de 2023, conforme planilhas de prestação de contas : Planilha CTL Pacaraima (SEI nº 6158482) , Planilha de Atendimento Previdenciário Guajará Mirim (SEI nº 6158483) , Planilha Força Tarefa NE IL (SEI nº 6158639) , Planilha Normandia (SEI nº 6158642) , Planilha (SEI nº 6158652) , Relatório Força Tarefa NE IL (SEI nº 6158665) , Relatório de Atividade Executada CR CLPA JAN DEZ 2023 (SEI nº 6167464) , Relatório de Prestação de Contas CR JPA e CTL's (SEI nº 6169295) .
6.2 Apresentação dos pontos positivos durante a execução
Realização de mais reuniões com os novos Coordenadores Regionais e Chefes de CTL orientando-os sobre os termos do ACT Digital e do ACT CNIS, alcance de maior número de comunidades indígenas nacionais e migrantes ao acesso ao Direito Previdenciário, articulação dos servidores locais com a Superintendência do INSS na ação " Previdência para Todos" que terá continuidade nas demais regiões em 2024, revisão dos Manuais Previdenciários para os servidores da FUNAI e do Caderno Previdenciária para as comunidades indígenas pelo INSS, segurança e rotinas de emissão da CEAR comum a todos os servidores desta Fundação e realização de reuniões para criação e execução de ações nas redes intersetoriais do Rio Negro e Maranhão.
6.3 Apresentação pontos negativos durante a execução
Alto custo de deslocamento das equipes, situação de seca devido a escassez de chuvas em algumas regiões do país no 2º e 3º Trimestres (Norte) e situações de difícil acesso às comunidades indígenas em virtude das enchentes causadas pelas fortes chuvas (Sul, Sudeste e Centro-Oeste). Os servidores não encaminharam a RAE referente aos atendimentos de emissão de CEAR no PREVBARCO.
6.4 Apresentação das alternativas elaboradas para enfrentar os pontos negativos
Sugerimos que em 2024 a CGOF, que será responsável pela descentralização e análise dos PAT 'S, condicionar a descentralização de recursos às Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais à apresentação em tempo hábil da RAE, para unidades que participam de ações de mutirões, ações itinerantes e o PREVBARCO, demora na devolução do Manual Previdenciário para os servidores e do Caderno Previdenciários para as Comunidades Indígenas à FUNAI por parte do INSS.



Documento assinado eletronicamente por **Patricia de Fatima Mourao Pinheiro, Chefe de Serviço**, em 10/01/2024, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6137836** e o código CRC **B7F2F2F4**.